

# Inconsistência simbólica e fragilidades identitárias\*

Norma Takeuti

## RESUMO

Para analisar as subjetividades juvenis, leva-se em conta a relação entre os *actings outs* dos jovens (drogas, vandalismo, delinquência) e o desenvolvimento dos sentimentos de desamparo e de inconsistência de si. Estes, por sua vez, estariam associados a um processo sociopsíquico mais amplo, presente nas sociedades contemporâneas, que diz respeito à inconsistência ou ineficácia simbólica, no nível societal, e às suas conseqüências no plano das identificações juvenis. A juventude é uma porção social tanto mais vulnerável quanto mais estiver destituída de valores referenciais e privada de âncoras identificatórias estáveis.

**Palavras-chave:** Subjetividade juvenil; Inconsistência de si; Ineficácia simbólica; Identificações juvenis.

## O NÃO RECONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE NO CAMPO SOCIOLÓGICO

As ciências sociais e, no seu interior, a Sociologia, um campo considerado em grande parte eminentemente “objetivo”, acham-se desconcertadas diante da “intrusão” da noção de subjetividade. Há algum tempo, a Sociologia recepcionou a concepção estruturalista como aquela que lhe trazia incontestavelmente um instrumental teórico-metodológico para entender processos sociais e culturais segundo a objetividade científica. Em sua obra de 1968, **A profissão do sociólogo**, P. Bourdieu (1999) criticava os pesquisadores sociais que “resistiam” à idéia abaixo:

O sentido das ações mais pessoais e mais “transparentes” não pertence ao sujeito que as realiza, mas *ao sistema completo das relações* nas quais e pelas quais elas se realizam. (...) As relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por

---

• Texto recebido em junho de 2002 e aprovado para publicação em agosto de 2002.

\* Este artigo é um desdobramento da comunicação apresentada na mesa-redonda “Subjetividades, instituições e vínculos psicossociais”, no VIII Colóquio Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia, 2 a 6 de julho de 2001, Belo Horizonte – MG.

intenções ou “motivações” porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, *são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas*. (p. 28) [grifos nossos]

O pressuposto teórico de que as razões estão no sistema e não nos sujeitos fundamentava o método sociológico de explicação dos fatos sociais, em que o importante não estava na “escuta” do que diziam os sujeitos implicados na ação. Tal ótica privilegiava as estruturas em detrimento do sujeito e em nome do “princípio da não-consciência”. Sabemos que houve uma considerável transformação na postura intelectual de Bourdieu, como atestam os seus textos e obras a partir dos anos 90, em particular **A miséria do mundo** (1993). Aí ele se orientava mais para a escuta dos problemas vividos pelos indivíduos e para a sua compreensão, juntamente com os próprios indivíduos que vivem uma experiência social e agem no sistema de relações, ao mesmo tempo que são por ele determinados. Ele defendia, inclusive, o uso clínico das análises sociológicas do mundo social a partir do qual ter-se-ia um modo particular de conhecer o social e de compreender os outros e a si mesmo (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 83).

A questão da subjetividade foi sempre assimilada ao irracional, ao imaginativo, à fantasia e à inverdade, portanto, sem valor científico. Para a Sociologia, tratava-se antes de tudo de uma categoria a ser trabalhada no campo filosófico ou psicológico. No campo sociológico sempre se trabalhou com a noção de indivíduo, mas na perspectiva de opô-la à noção de sociedade. Indivíduo e sociedade se colocavam como antíteses.

Na oposição entre o indivíduo e a sociedade a Sociologia empreendeu toda a sua reflexão. O peso da análise do “nós” (pluralidade de pessoas) foi sempre maior que sobre o “eu” (singularidade da pessoa). Nas sociedades antigas e tradicionais, a identidade grupal ou “identidade-nós”, para defini-la como Elias (1994), tinha um papel importante nas práticas sociais dos indivíduos em relação à “identidade-eu”. Antes, as identidades pessoal e social dos indivíduos fundamentavam-se em lugares específicos: instituições, grupo, família, tribo, o Estado, a nação, enfim um “nós” que lhes trazia o sentimento de pertença e o sentido para as suas ações. Havia, antes, vínculos com uma “unidade-nós” mais sólidos (Elias, op. cit.), de forma a não ser necessário um conceito universal relativo à pessoa isolada, ou seja, ao sujeito.

Mas isso mudou. Hoje, o pêndulo está mais voltado para o privado, para o singular, em decorrência do desenvolvimento do processo de individualização ou de personalização. O fenômeno da globalização ou da mundialização da economia e o desenvolvimento da cultura global ou *fast* trouxeram mudanças significativas nas relações sociais, de trabalho, de família e nas instituições, engendrando outras formas de vínculo social. Isso quer dizer que o esteio das nossas identidades, preferimos dizer, das nossas identificações, também se deslocou, mudou ou desapareceu. Ou seja, o processo de subjetivação ou de constituição do sujeito dá-se de maneira bem diferente de como era antes. Há evidência no fato de que hoje os indivíduos têm enormes dificuldades para reproduzir o modelo de processos anteriores de identificação, sem encontrar outros meios apropriados. E a maior dificuldade é a de não poderem se apreender no conjunto das múltiplas dimensões que

os caracterizam: um sujeito psíquico, um sujeito moral e um sujeito político, como bem enfatizava Eugène Enriquez, na sua conferência de abertura deste colóquio.

É isso que uma sociologia que não mais pretende focar indivíduo e sociedade como antíteses, mas como elementos indissociáveis, tem como desafio no seu horizonte. Pode-se dizer que no horizonte sociológico há um deslocamento epistemológico importante. Haveria hoje, segundo diversos analistas sociais, uma equação filosófico-política desafiante no campo da problematização do sujeito: não se trata mais de conceber o sujeito como se o fazia na modernidade clássica: sujeito auto-fundante e “senhor absoluto” da vontade, transparente para si mesmo, tendo um perfeito domínio dos seus pensamentos e das suas ações, porque seria justamente não consciente de sua divisão interna. Contrariamente a esse sujeito metafísico, aquele que se encontra “revitalizado”, hoje, pelas interrogações filosóficas e sociológicas, é um sujeito inscrito no “registro multiforme da heteronomia”, sem contudo estar preso na “lógica da determinidade” (Castoriadis, 1982). Trata-se, sim, de um “sujeito em processo”, aberto para ser um projeto (de autonomia), que procura se ressignificar num campo instituído, em grande parte, na heteronomia, na sua tentativa de produzir uma “outra” realidade pessoal e social. Considera-se, portanto, o sujeito como um processo/projeto (de autonomia), constituído nas malhas do universo simbólico em que o outro (o *heterós*) tem um papel fundamental, ao mesmo tempo em que se debate entre o “princípio de prazer” e o “princípio de realidade”.

Esse é o desafio para uma sociologia que procura apreender o campo dos processos individuais e o dos processos sociais, constituídos tanto pela lógica da reprodução como pela lógica da mudança. Desafio na busca do estabelecimento de um programa comum (coletivo), definido a partir de várias visões disciplinares, visando a focar o objeto nos seus múltiplos níveis de realidade, do individual ao societal (Enriquez, 1993). Certamente que a adoção de uma visão pluridisciplinar não é assim tão evidente, tendo-se sobretudo em conta que somos, na maior parte das vezes, formados no quadro de um *habitus* intelectual resistente à incorporação de novos *habitus* de pensamento.

Compreender as relações de classe, de dominação e de poder – o “irreduzível social” (Gaulejac, 1987) – que atravessam os destinos individuais, bem como compreender as condutas dos indivíduos na sua singularidade, para além das regularidades objetivas que as determinam – o “irreduzível psíquico” (Sartre, 1975) – é aceitar a inseparabilidade e a irreduzibilidade entre a sociedade e a psique (Castoriadis, *op. cit.*). Isso quer dizer que se cada uma tem um modo de ser radicalmente diferente, a exclusividade entre elas não significa a exclusão ou a indiferença, pois a interação entre o social e o psíquico é um fato incontornável (Gaulejac, *op. cit.*).

Eis então os desafios para uma sociologia que busca a sua consistência em torno das concepções de pluralismo e alteridade. As categorias de historicidade, de experiência do sujeito e do vivido tornam-se o seu “arsenal” privilegiado de reflexão e de produção de sentido, segundo a proposta da “epistemologia da recepção” que J. P. Bouilloud defende em *Sociologie et sociétés* (1997). Nessa obra, o autor defende que, em matéria de

produção sociológica, o importante não é o sentido, mas o seu “eco”, pois o sentido só se torna pertinente na medida em que há uma retroação suscitada na sociedade. Trata-se, portanto, de uma sociologia que prima pelo princípio da intersubjetividade, da intercompreensão, e que se inscreve assim no bojo das transformações que ocorrem no campo social, na essência mesma da experiência do mundo.

Nessa ótica, as questões do sujeito e da subjetividade ganham toda uma outra dimensão e interpelam o sociólogo a uma “prática complexa” – um termo utilizado por M. Pagès (1993) para se referir a uma metodologia de intervenção que articula métodos de origem e de finalidades diferentes em que se misturam a observação, a etnografia, a participação e a intervenção, e na qual a implicação do pesquisador seria o “mote” da ação sociológica. Não teremos tempo nem espaço para aprofundar essas questões fundamentais da prática sociológica, porque teremos que nos ater ao tema da mesa-redonda e do colóquio: subjetividades, laços sociais e transformações sociais.

Fizemos esse pequeno balanço do campo da produção sociológica e mencionamos alguns aspectos essenciais da sua prática porque essas questões nos guiaram, epistemológica e metodologicamente, ao longo de uma pesquisa que desenvolvemos desde quatro anos no Brasil, particularmente em Natal, no esforço de atingir um programa interdisciplinar e uma leitura socioclínica.

## ENFRAQUECIMENTO DOS VÍNCULOS SOCIAIS E INCONSISTÊNCIA SIMBÓLICA

A pesquisa aborda a problemática dos jovens na atualidade e as suas condutas sociais, sentidas na sociedade como essencialmente agressivas, transgressoras e violentas. Mais especificamente, temos nos dedicado à análise das condutas sociais das populações jovens das periferias pobres em situação de relegação social e simbólica. Esses jovens são o alvo privilegiado das representações negativas no universo da juventude brasileira e objetos de discursos e práticas sociais e institucionais equivocadas que se traduzem, às vezes, em ações de aniquilamento, não só social e simbólico, mas também físico.

Explicar a violência juvenil tão-somente passando pelas dimensões objetivas – falta de escolas, desemprego, pauperismo, desigualdade social, políticas de segurança pública e outras tantas variáveis estruturais –, embora tenha a sua pertinência, é, no mais das vezes, repetir um discurso esvaído de outras significações sociais, com fortes componentes imaginários, na explosão de certas condutas violentas que temos visto ocorrer, no Brasil, de forma cada vez mais lancinante: as taxas de mortalidade por homicídio têm crescido muito ultimamente no país; a violência criminalizada envolvendo jovens das faixas etárias de 15-24 anos (vítimas ou agentes do crime) é bastante elevada quando a comparamos com outros países; somam-se a isso o aumento de suicídios de jovens e a autodestruição pelas drogas.

A explosão brutal da violência que atinge os jovens ganha atenção cada vez maior na sociedade e nos meios acadêmicos. No âmbito deste artigo, não abordamos diretamen-

te o tema da violência juvenil (Takeuti, 2002a) porque a nossa escolha recai sobre uma reflexão que diz respeito a um processo sociopsíquico da contemporaneidade. Particularmente, trata-se da inconsistência ou ineficácia simbólica e suas conseqüências no plano das identidades juvenis, melhor formulando, das identificações juvenis. Se aceitarmos a tese do desenvolvimento de determinados aspectos nefastos no atual processo de individualização nas sociedades contemporâneas (em contraposição ao processo de individuação, tal como Eugène Enriquez discutia em sua conferência de abertura do colóquio) como algo que contribui para a vulnerabilização identitária do indivíduo (fraca capacidade para afrontar a “prova do real”), podemos então também aceitar a tese de que esse processo de fragilização ou de desestabilização das identificações atinge de maneira mais contundente a juventude, visto que se trata de uma porção social mais destituída de valores referenciais e absolutamente privada de âncoras identificatórias estáveis.

Não está em questão aqui discutir se as formas de identificação de antes eram melhores ou piores. O que nos parece fundamental é a discussão sobre o desenvolvimento, nos jovens, de sentimentos de desamparo e de inconsistência de si, os quais estariam na origem dos seus *actings outs* (drogas, vandalismo, delinquência) e a partir dos quais se encontram na impossibilidade de construir um projeto de sujeito, um projeto de autonomização (Castoriadis, 1992). Nada mais lhes resta senão uma “subjetividade capturada”. Tais sentimentos estão certamente em estreita relação com o processo de “dessimbolização da lei ou da autoridade”, cujo corolário maior é a “perda dos suportes dos interditos sociais” (Palmade, 2001). A esse propósito, o psicanalista Birman (1994, p. 180) salienta que, na ausência do “pólo alteritário legiferante”,

o sujeito é atingido no seu valor narcísico básico, isto é, na representação do seu corpo, já que não pode mais gerir as fontes possíveis de satisfação, pela perda de seus instrumentos de interpretação fundados na ordem simbólica.

Ou seja, no comprometimento dos suportes de interdição social, há altas chances para o extravasamento das pulsões sob formas destrutivas que podem atingir tanto os outros como a si. Não se trata de “transgressões reestruturantes”, no sentido observado por E. Enriquez em sua conferência. Ora, para se transgredir, dizia ele, é necessária a existência de “suportes sociais”, ou seja, “dispositivos simbólicos de sublimação” para a canalização das pulsões destrutivas.

Justamente, parece que há uma insuficiência de dispositivos ou de mecanismos sublimatórios na sociedade atual, talvez até mesmo por excesso de ofertas de falsos dispositivos (Enriquez, 2001). Então, não é o dinheiro o novo sagrado ou o fetiche (e por que não dizer, de imediato, o engodo?) que possibilita ao indivíduo “ser” (no “positivo”) na sociedade? A perda de estima de si e a vergonha de ser considerado um “negativo” social são, em alguns casos, paralisantes ou desencadeadoras de condutas agressivas ou (auto)destrutivas. A valorização radicalizada da dimensão econômica e a sua prevalência enquanto significação imaginária social central aniquilam valores sociais que poderiam trazer outros sentidos de vida aos indivíduos.

Quando certos jovens por nós entrevistados vislumbram ser mais “cômoda” a via do “dinheiro rápido e fácil”, nas trilhas da ilegalidade (tráfico de drogas, por exemplo), porque o “trabalho suado e honesto” seria a permanência na condição de miserabilidade e de segregação social, estariam realmente em contradição com os valores presentes atualmente na sociedade? Onde é que encontram disponíveis os valores de honestidade, integridade, legalidade, incorruptibilidade e virtude que se lhes exigem? Em se tratando da sociedade brasileira (não só ela!), identificam-se certas práticas – o clientelismo, a corrupção, o fisiologismo, a mentira, entre outras – ancoradas em lugares (no político, no governo, nas empresas) onde, em princípio, deveriam prevalecer outras leis de funcionamento. Onde estão os modelos identificatórios, perguntam-se os jovens, que não se reduzam às teorias ou aos verbos, mas se expressem em práticas efetivas e consistentes? Ficamos tentados a propor uma inversão da tese generalizada segundo a qual os chamados “jovens de rua” seriam uns “desadaptados sociais” para aquela que os designaria como muito bem adaptados a uma ordem reinante. Diante da precariedade de uma ordem simbólica consistente em que não se disponibilizam modelos identificatórios, os jovens buscam, à sua maneira, com base em valores fetichizantes, produzir a sua existência, que estaria em conformidade com certas práticas existentes na sociedade brasileira.

É nesse contexto sociocultural e psicológico que os jovens encontram enormes dificuldades em produzir sentido(s) para a sua vida no mundo social em que vivem, em encontrar suportes consistentes de identificação na sociedade para terem acesso a uma subjetividade autônoma. Embora esse processo atinja o conjunto do universo juvenil, os jovens que se confrontam com a experiência social de rejeição sofrem-no de maneira mais acentuada do que os de segmentos sociais tidos como pertencentes a “famílias estruturadas”. Dizemos “família estruturada” entre aspas, lembrando apenas que, no Brasil, representam-se comumente as famílias dos segmentos pobres como fundamentalmente desestruturadas. Deixando de lado essas rotulações, os jovens dos segmentos pobres sofrem mais fortemente essa privação no plano cultural e dos valores, na medida em que se confrontam com numerosos obstáculos e impasses nas suas trajetórias social, cultural e afetiva.

O que ocorre hoje é que as sociedades contemporâneas parecem ter esmorecido, no papel de persuasão dos seus membros, da necessidade de frustrações (Mitscherlich, 1969), por falta mesmo de mecanismos compensatórios que não se reduzam a engodos, tais como as pílulas de recuperação do prazer, as drogas, a parafernália cosmética, tecnologias *diets* e *lights*, literatura de auto-ajuda emocional e existencial, e assim por diante. O culto de si (narcisismo), o culto do corpo, o culto do “mental”, bem como o culto das práticas violentas nada mais são que reflexos da necessidade de busca desenfreada de compensações.

O quadro sociopsicológico acima, atinente às fragilizações das identificações e às suas conseqüências no plano da construção identitária do jovem, vem contribuir para a compreensão daquilo que, em nossa pesquisa, denominamos tentativas de “valorização narcísica” – implicando mecanismos de defesa individuais e coletivos que, muitas vezes,

redundam em violências físicas sofridas e também exercidas – na sua relação com a formação de identidade negativa dos jovens em situação de relegação social e simbólica. Nesse emaranhado complexo onde se superdeterminam instâncias de diversas ordens – pulsional, simbólica, psicológica, social, cultural e institucional – estão contidos os impasses e dificuldades para os jovens encontrarem saídas, tanto no plano social e político como no profissional e no psico-emocional.

Para os jovens adolescentes da nossa pesquisa, para além da sua confrontação com uma ordem simbólica vacilante (referida à sociedade em geral), o outro significativo (suporte de suas primeiras identificações) pode estar ausente de diversas maneiras, segundo o caso analisado. A maior parte não tem assegurada uma ordem simbólica consistente no interior da sua estrutura familiar, onde se verifica a ausência dos primeiros suportes de modelos identificatórios (falta de um pai real ou presença de um pai simbolicamente mal constituído) e/ou a presença de figuras fortemente rejeitadas, por serem indivíduos altamente “desqualificados” socialmente. Tais ausências ou insuficiências dos modelos identificatórios têm como corolário, segundo o caso:

- a falta de castração simbólica, com conseqüências no nível da constituição do superego (a instância psíquica guardiã das interdições sociais) e/ou;
- a inconsistência no nível da constituição do ideal do eu, de modo que não há uma sustentação a seu projeto de identificações, levando-os a viver no “limite do vazio”.

Adentramos aqui, portanto, num universo familiar cujas tramas escapam ao “modelo padrão” de uma família nuclear tradicional, tal qual veiculado no imaginário social instituído. A denominação “famílias desestruturadas” encontra-se consolidada, social e institucionalmente, para configurar a dinâmica das famílias das classes populares brasileiras, como comentamos acima. Para nós, essa definição nada significa, pois nesse universo há arranjos familiares diversificados, como em qualquer outro. O que nos importa é analisar o efeito dessas ausências no plano psíquico do jovem, no nível de sua identidade.

A sociedade não assegura aos jovens, em hipótese alguma, os suprimentos indispensáveis para a superação dos seus conflitos. Ao contrário, ela reforça os conflitos psíquicos individuais através dos processos de estigmatização, de desprezo e de relegação sociais que se atualizam pela presença de um imaginário social destrutivo (Takeuti, 2000b), instituído socio-historicamente no Brasil em relação à infância pobre.

Na esteira das análises de Freud (**O mal-estar na cultura**), formulamos a hipótese de que na negação da inserção desses jovens no mundo da “ordem” haveria o pressuposto da negação (ou, ao menos, a interposição de obstáculos) da possibilidade de sublimação de suas pulsões (socialização da psique). Quer dizer, a eles nem sequer seria colocada a questão da renúncia das pulsões arcaicas para o convívio em sociedade. Eles se vêem diante de seus próprios “impulsos selvagens”, uma vez que as instituições socializadoras voltadas para esse segmento populacional – a família e a escola, em primeira instância – se encontram vulnerabilizadas no cumprimento do seu papel de socialização básica. Ademais, para a “sociedade legal”, eles constituem um contingente populacional “imprestável”,

desde o início de sua vida, de modo que não vale a pena neles investir (conforme o sentido dado por Foucault, 1977).

Diríamos que a juventude e a infância brasileiras acham-se clivadas, submetidas a um processo que denominaremos esquizofrenização: divididas entre o bem e o mal, entre as pulsões de vida e as pulsões de morte, enfim, entre o bom-ser juvenil e o mal-ser juvenil, como se cada um desses aspectos pudessem existir separadamente. De um lado, o corpo de uma juventude e de uma infância depositário da bondade, da beleza, da pureza, da ordem, do êxito, da esperança, da vida. De outro, o de uma juventude e uma infância depositário da maldade, da feiúra, da impureza, da desordem, do fracasso, da desesperança, da morte.

Está contida nessa separação a idéia de que o primeiro corpo, em nome do amor, rege-se pela regra, pelos interditos sociais, pela disciplina, pela ordem, pela harmonia e pelo equilíbrio, a fim mesmo de evitar o caos. O segundo, em nome da indiferença (e do ódio!), rege-se pela permissividade, pela promiscuidade, pela indisciplina, pela desordem, pela desarmonia e pelo desequilíbrio, deixando-os em face do pulsional, do caos ou do colapso psíquico (conforme Birman). Diante do não reconhecimento, na sociedade brasileira, de pressupostos básicos da ordem simbólica, esse autor nota que:

Na cultura da violência a única possibilidade entreaberta para o indivíduo de certos grupos sociais é a de matar para sobreviver, enquanto é possível evidentemente, pois o sujeito fica restrito à manutenção do seu corpo narcísico na falência de um projeto identificatório fundado na ordem simbólica. (p. 184)

Cada um dos “corpos juvenis” (do “bem” e do “mal”) não só é remetido para campos sociais diferentes, mas também a campos simbólicos e pulsionais bem específicos. Prevalece a idéia de que jamais poderá haver a mistura desses dois campos. É como se não houvesse a possibilidade de encontro entre, de um lado, o inconsciente e, de outro, o Eu do sujeito. Eis o grande impasse colocado para a juventude brasileira: a uns, a aplicação do princípio do tabu, qual seja, o proibido, a regra e a disciplina; a outros, o princípio de Dioniso, qual seja, o do caos, o da transgressão e o da confusão (mistura), onde se franqueiam atos socialmente condenáveis: drogar-se, roubar, estuprar e matar.

De que subjetividade juvenil se pode falar diante dessa concepção de juventude clivada? Uma subjetividade comprometida, de ambos os lados, pela supressão de um dos princípios organizadores da vida humana, em cada um deles.

## **BARRADOS NA SUA AUTO-AFIRMAÇÃO**

Estamos diante de um quadro social e psicológico em que os jovens adolescentes vêm-se barrados de desenvolver um processo auto-afirmativo, de forma a completar o seu desenvolvimento emocional. A busca de auto-afirmação é “um componente necessário e desejável dentro do processo de desenvolvimento da identidade do adolescente” (Levisky, 1997, p. 21).

Buscando formas de sobrevivência psicológica a um ambiente social hostil, eles se acham presos numa contradição entre a exigência social de conformidade às normas sociais e a indução social para uma vida na marginalidade e na delinqüência. Um número significativo de jovens vive essa contradição como se a única “opção” de auto-afirmação que lhes restasse fosse a subversão da ordem pela prática da violência, nos rastos do ilegalismo, na recusa da lei e da autoridade e/ou na imposição dos seus desejos “vandalizados”. Eles sentem que, para se proteger das violências sociais (e policiais), necessitam desenvolver certos mecanismos de sobrevivência emocional e social, para além da sobrevivência material, que estão distantes do mecanismo de retraimento na condição de vítimas.

Como o Estado e as instituições exercem insuficiente ou inapropriadamente o seu papel de regulação social, eles se lançam à cata de regulações próprias, destituídos de qualquer vínculo social sólido. Os elos que eles vão constituir na sua comunidade e nas ruas serão certamente de outra “marca” que aquela prescrita nos padrões normativos sociais. As formas de construção dos seus elos são fundamentalmente frágeis e contingenciais.

São diversos os estudos sobre as experiências grupais juvenis no Brasil que indicam que o jovem, por exemplo, ao buscar integrar uma “galera”, estaria procurando um lugar em que poderá ser reconhecido pelos outros. A “galera”, a turma de rua, o grupo de jovens (torcidas organizadas, *punks*, *funks*, carecas) seriam um lugar de tentativa de regulação psíquica e social.

Regulação psíquica que pode tomar o sentido de busca de restituição de uma “perda original” (Winnicott, 1994), de revalorização de uma imagem negativa de si ou de um meio de superação do sentimento de fracasso do seu eu mutilado ou fragilizado. O eu ideal impulsiona o jovem à reparação de suas feridas narcísicas, à busca de regulação dos conflitos resultantes do sentimento de inferioridade e de vergonha sociais e à conquista de sua auto-estima, bastante comprometida devido aos estigmas que já se “colaram à sua pele”.

Regulação social, no sentido de uma “experimentação social na marra” (Guattari, 1981). No texto “Gangues em Nova York” (p. 46-49), Guattari enfoca a emergência do fenômeno das gangues não como respostas coletivas improvisadas a uma carência no plano material, mas como uma forma de exploração pelas minorias sociais dos problemas da economia do desejo no campo urbano e como algo que indica a direção de novas modalidades de organização da subjetividade coletiva.

Os jovens lançam-se na busca de espaços, de meios e de signos que os façam conquistar a sua auto-estima de modo a “safarem-se” da situação de inexistência social e a pôr fim ao seu sentimento de “nadificação”. Certamente, não podemos aqui generalizar o destino dos “jovens pobres” submetidos aos processos sociais de estigmatização e invalidação social como o mesmo para todos – gangues, galeras ou organizações do crime. Tantos outros agrupamentos juvenis existem nos bairros pobres das periferias que não se resumem àqueles. Tal é o exemplo de grupos de jovens da igreja (católica, evangélica ou de seitas diversas), ecológicos, da capoeira, skatistas, funkeiros e tantos outros movimentos, bandos, “turbas”, “tribos” temáticas. Não podemos efetuar nesse universo juvenil um recorte, distribuindo uniformemente estes ou aqueles jovens para tais ou tais agrupamentos em

função de suas características psico-afetivas, de suas relações intra-familiares, do seu ideário jovem, de suas crenças religiosas, de suas preferências musicais, de suas indumentárias estilizadas, dos seus esportes favoritos, do seu grau de escolaridade... Enfim, quaisquer que sejam as variáveis que possamos identificar como determinantes de uma tendência ou de outra, nada nos leva a afirmar que existe uma subcultura, um movimento juvenil ou um grupo particularmente bem demarcado um do outro e relacionado a um dado perfil psicológico, biológico, sociológico, antropológico ou outro. “Na verdade, as subculturas [juvenis] são difusas, diluídas e ‘miscigenadas’ na forma” (Clarke, *apud* Vianna, 1997, p. 14). Mais do que discutir o que é da ordem de uma subcultura, de uma contracultura ou outra, interessa-nos principalmente observar a miscigenação existente nos grupos emergentes juvenis. Por exemplo, Diógenes (*op. cit.*, p. 123) observa que, em Fortaleza,

gângues e o Hip Hop atuam em territorialidades contíguas e até mesmo superpostas. Cada temática ensejada pelas gângues, cada modo de expressão aparece revestido nesse movimento de outros significantes. As matrizes e os signos de estilo e de linguagem aproximam-se: a dança, a idéia de território, a temática da violência, a música, as manifestações gráfico-plásticas registradas nos espaços de visibilidade das grandes cidades.

O que talvez seja a origem mesma dessa miscelânea é que um só jovem pode ter múltiplas pertencas ou passar muito rapidamente de uma pertença a outra (o que se torna mais difícil quando pertence a “gângues barras-pesadas”). Por exemplo, dentre os jovens participantes da nossa pesquisa, havia aqueles que tanto estavam num “movimento social de luta contra a exclusão” quanto numa “galera” ou turma, como poderiam estar implicados numa rede de tráfico de drogas que não excluísse o fazer parte de outros grupos (ecológico, *funk*, torcida organizada ou outro). Há, certamente, nessas diversas inserções, um lugar mais privilegiado pelo jovem, segundo as suas disposições e a aceitação dos grupos.

Ao mesmo tempo em que se pode estar em todos os lugares, não se está em parte alguma, no sentido efetivo de pertença. Nesse processo, o jovem se caracterizaria sobretudo como o indivíduo descrito por Bertaux (1988) na sua análise da fluidez e do processo de deslocamento das relações sociais na contemporaneidade: “Indivíduo, enfim, liberado de toda amarra, mas também desprovido de toda individualidade; indivíduo pronto para se juntar a qualquer grupo, pronto a endossar a identidade que se lhe queira propor; tudo, menos o vazio” (tradução nossa). O que se pode dizer é que nem o jovem nem os seus grupos de referência/pertença apresentam estabilidade de vínculos. Os diferentes grupos juvenis aparecem, desaparecem ou se transformam muito rapidamente – uns ganhando mais notoriedade pública que outros e apresentando características mais estáveis pelos seus próprios desdobramentos no nível coletivo, deglutindo eventualmente grupelhos emergentes e, com isso, absorvendo e recriando novas práticas e novas tendências de condutas juvenis, assim como o sujeito jovem ali se dilui momentaneamente.

Atitudes *hards* de certos jovens ou grupos juvenis – movimentos *hip hop*, *funk*, *skin-head*, *punk*, torcidas organizadas ou simplesmente “galeras” – fazem parte de uma dinâmica de visibilização e de valorização (de si e do grupo, às vezes de sua comunidade

de pertença), isso visto numa dimensão mais particularmente sociológica. E o que importa, para eles, se a sua dinâmica se dá pelo “avesso do avesso” porquanto possam também “participar na pornografia do nosso tempo, a da visibilidade total” (Lipovetsky, 1983, p. 195)? Ora, a escatologia não estaria neles, mas nessa sociedade pretensamente “boa e harmoniosa”, como quis mostrar o movimento *punk* do início dos anos 80 (apenas para citar uma dinâmica juvenil “rebelde” voltada para a denúncia da “podridão” da sociedade). A “estética do lixo” adotada pelos *punks* procurava, na realidade, “obrigar a sociedade a encarar o mal que havia nela, cuja existência ela geralmente se recusava a reconhecer” (Bollon, 1993, p. 152).

A prática (violenta ou não) de transgressão das normas vigentes, realizada principalmente em grupo, consistiria para o jovem numa espécie de restituição do ser que lhe é barrado, pelo sentimento de poder ser o sujeito da ação num ambiente social essencialmente apreendido como agressivo, perigoso, rejeitador e conflituoso. Os relatos dos jovens por nós entrevistados são bastante reveladores de uma dinâmica ao mesmo tempo individual e coletiva. A partir de suas possíveis pertencas grupais e/ou comunitárias, buscam construir suas referências identitárias, produzir a sua auto-estima (valorizar-se narcisicamente) e, para alguns, “salvarem-se” de um colapso psíquico, no sentido dado por Winnicott (1994), Birman (1994) ou Costa (1986). Uma discussão mais minuciosa sobre essa questão encontra-se em Takeuti (2002a).



Quisemos nesta reflexão ter um entendimento das trajetórias existenciais de jovens submetidos ao processo de relegação social e simbólica, como aquelas que se (a)fundam na circularidade de faltas: além da falta própria a todos os seres humanos (no sentido dado por Lacan), padecem de uma falta social, cultural e afetiva – de sorte que não podem se reconhecer como sujeitos sociais, nem como sujeitos desejanter. Ora, sabemos que quanto maior a falta, maior o desejo de preenchê-la. Como é que o desejo pode se constituir diante da frustração e da “miséria de ser”, numa cultura que o nega e o bane da sociedade? Se, nela, ser é ter, o “despossuído” é por princípio um nada, e por cima considerado um nada perigoso que pode tentar, a qualquer momento, romper com os tabus sociais, transgredindo os códigos simbólicos impostos (pela ordem social instituída) e ingressar em domínios interditos.

Os jovens podem assim encontrar-se num processo paradoxal: por um lado, numa dinâmica inconsciente, permanentemente, como dissemos, em *acting out* (consumo de drogas, roubos, assaltos, vandalismo) como forma de evitar o colapso psíquico (Birman, *op. cit.*); por outro, dirigindo-se infalivelmente para a morte, pois a vida delinqüencial não os poupa do desafio constante à morte em que, no mais das vezes, esta última triunfa. A confrontação com a morte se dá por todos os lados. Se não é a morte física, é ao menos a morte social. Esses jovens lutam contra a morte no próprio *front* da morte.

**ABSTRACT**

In order to analyze the juvenile subjectivity's it must have to take in account the relation between the *acting outs* of youngsters (such as drugs, delinquency) and the development of feelings like despair and self incongruence. These feelings, would rather be associated to a wider social and psychic process in the contemporary societies wich is tide to inconsistency or simbolic inefficiency, in the social level and their consequences in juvenile identification level. The juvenile is a social part that is more vulnerable when the lack of values and references, and also identicatory anchors is presented.

**Keywords:** Juvenile subjectivity; Self incongruence; Simbolic inefficiency; Juvenile identification.

**Referências bibliográficas**

- BERTAUX, Daniel. Individualisme et modernité. In: **Revue Espace Temps**. n. 37. Paris: 1988.
- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BOLLON, Patrick. **A moral da máscara: merveilleux, zazous, dândis, punks, etc.** (1990). Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BOUILLOUD, Jean-Philippe. **Sociologie et société. Épistémologie de la réception**. Paris: PUF, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; ACQUANT, Louis. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BOGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997, p. 15-48.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade – 1975**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. Psychanalyse et politique. In: **Le Monde Morcelé. Les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- CCLF/Gajop. Galeras, comportamentos violentos na adolescência. In: **Relatório de pesquisa**. Recife, mimeo, 1993.
- CECCHETTO, Fátima. As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 95-118.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DURAND, Gilbert. **A fé do sapateiro**. Brasília: UnB, 1995.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENRIQUEZ, Eugène. A perversão generalizada da sociedade, entrevista realizada por N. M. Takeuti. In: **Revista Cronos**, v. 2, n. 1, jan./jun. Natal: EDUFRN, 2001.
- ENRIQUEZ, Eugène. L'approche clinique: genèse et développement en France et en Europe de l'Ouest. In: GAULEJAC, V. de; ROY, S. **Sociologies cliniques**. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber (1976). Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura (1930). In: Ed. Standard Brasileira, **Obras completas**, v. XXI.
- GAULEJAC, Vincent de. **La névrose de classe**. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs, 1987.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. Gangues: um desafio político-pedagógico a ser superado. In: **Relatório de pesquisa, Núcleo de trabalho comunitário**. São Paulo: PUC, 1994.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEVISKY, David Léo *et al.* **Adolescência e violência**: conseqüências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.
- MATOS, Wagner Neves. Gangues: protesto à marginalidade? Um estudo sobre a formação de gangues na região de Corumbá. In: **Relatório de pesquisa, Pibic/CNPq**. Mato Grosso do Sul: UFMS, 1994.
- MITSCHERLICH, Alexander. **Vers la société sans pères – 1963**. Paris: Tel Gallimard, 1969.
- PAGÈS, Max. **Psychothérapie et complexité**. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.
- PALMADE, Jacqueline. Pós-modernidade e fragilidade identitária. In: GARCIA DE ARAÚJO, J. N.; CARRETEIRO, T. C. (Org.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001, p. 93-121.
- PIMENTA, Carlos Alberto. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação. Taubaté: Vogal, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. **L'être et le néant**. Paris: Tel Gallimard, 1975.
- TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do espelho**: a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002a.
- TAKEUTI, Norma Missae. Violência juvenil e gozo. In: **Pulsional Revista de Psicanálise**, n. 154. São Paulo: Escuta, fev. 2002b.
- TAKEUTI, Norma Missae. Imaginário social mortífero: a questão da delinquência juvenil no Brasil. In: **Cronos**, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 1, n. 2. Natal: EDUFRN, jul./dez. 2000, p. 110-128.
- VIANNA, H. **Galeras cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência** (1984). São Paulo: Martins Fontes, 1994.